



BALANÇO MANDATA
DANI PORTELA 2023



Dani
Portela

DEPUTADA
ESTADUAL

 **PSOL**

 (81) 9.8243.2642

 **daniportela.com.br**

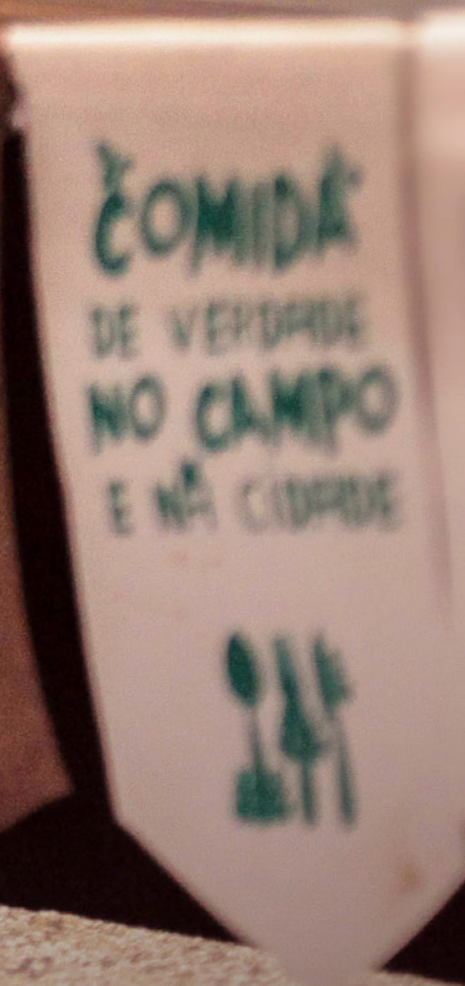






daniportelapsol

 **dani.portela@alepe.pe.gov.br**



BALANÇO MANDATA
DANI PORTELA 2023



EXPEDIENTE

Redação:

Ana Cecília Gomes
Anderson Barbosa
Caio Jucá
Emanuele Nascimento
Fernanda Borges
Gabriela Cruz
Juliana Serretti
Luiza Carolina Silva
Matheus Ramos
Mirtes Renata
Mônica Oliveira
Myrella Santana
Paulo Borges
Pedro Cardoso
Waleska Alves

Edição de Texto:

Paulo Borges

Fotos:

João Penna
Fran Silva
Tom Cabral

Revisão Final:

Mônica Oliveira

Projeto Gráfico:

Luciana Ribeiro

EQUIPE

Institucional:

Cynthia Renata
Gabrielle Conde
Janaína Inácio
Kevinne Nascimento
Mônica Oliveira
Myrella Santana
Nadja de Barros
Renata Farias
Sérgio Silva
Walter Silva

Pesquisa e Fiscalização:

Anderson Barbosa
Emanuele Nascimento
Paulo Borges
Pedro Cardoso

Mobilização:

Adelson Paraíba
Cirleide Santos
Christiane Franillia
Daniele Braz
Elzanira da Silva
Leonardo Santos
Luiza Carolina Silva
Manoel Neto

Comunicação:

Fran Silva
João Penna
Luciana Ribeiro
Maria Helena Monteiro
Matheus Nascimento
Poliana Alves
Sofia Madureira
Tom Cabral
Vitor Maia

Legislativo:

Ana Cecília Gomes
Caio Jucá
Juliana Serretti
Matheus Ramos
Mirtes Renata

Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e

Participação Popular:

Fernanda Borges
Gabriela Cruz
Waleska Alves

SUMÁRIO

● INTRODUÇÃO	6
● PRINCIPAIS AÇÕES E CONQUISTAS DA MANDATA	8
● SAÚDE	8
● SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS	11
● EDUCAÇÃO	15
● DIREITO À CIDADE	18
● CULTURA	22
● LEIS APROVADAS	24
● FORTALECENDO O ORÇAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	26
● LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO	29
● PPA PARTICIPATIVO E POPULAR	31
● COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR – CCDHPP	33
● PUBLICAÇÕES	36
● CONSIDERAÇÕES FINAIS	38



Participação em ato do 08 de Março





Noite dos Tambores Silenciosos, em Olinda



INTRODUÇÃO

“Não sou livre enquanto qualquer mulher não for livre, mesmo quando suas algemas são muito diferentes das minhas”. É assim que a escritora e feminista negra Audre Lorde convoca as mulheres negras a não se limitarem aos lugares pré-determinados e às posições para elas estabelecidas em nossa sociedade. E é através dessa busca de algo muito maior que a liberdade, por maior igualdade e maior garantia de direitos básicos, que me tornei a mulher que sou hoje. Esta pessoa que, antes de ser parlamentar, é também uma ativista dos movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres negras, uma professora e educadora pelo método Paulo Freire, uma advogada popular, uma filha, uma mãe, uma amiga... enfim, uma mulher negra.

Sou uma mulher negra, aliás, que durante este ano recebeu a feliz notícia da gravidez do segundo filho, Jorge, e precisou durante nove meses conciliar o processo de gestação com a atuação parlamentar. Me tornei mais uma mulher a se deparar com o desafio que confronta diversas parlamentares no Brasil afora: existem poucas ou quase nenhuma política nas Assembleias e Câmaras Legislativas sobre a regulamentação da nossa atuação durante a gestação ou para garantia de direitos durante a licença maternidade. Me tornei, então, logo no começo de 2024, uma parlamentar mãe de um recém-nascido.

E foi sendo o conjunto de coisas que acredito e sou, que em 2018, me candidatei a governadora de Pernambuco, tendo sido, naquela época, a mulher mais votada da história do nosso estado e tendo ficado em terceiro lugar, com 188.087 votos. Em 2020, fui eleita a vereadora mais votada do Recife, com 14.114 votos. E em 2022, foi a vez de disputar uma vaga na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), sendo eleita com 38.215 votos.

Em cada um desses desafios - políticos, profissionais ou pessoais -, fui, dia após dia, deixando de ser a solitária primeira pessoa do singular, para me tornar, cada vez mais, a profunda e complexa primeira pessoa do plural: o “eu” deu lugar ao “nós”! E é com essa pluralidade que trago aqui neste documento um balanço da nossa atuação, da nossa história e dos nossos sonhos.

O primeiro ano de nossa Mandata Legislativa na Alepe foi marcado por diversas mudanças na política local e nacional. Acompanhamos de perto o processo de reconstrução do Brasil que vem sendo promovido pelo Governo Lula, que tem retomado iniciativas que vão desde o Bolsa Família ao Mais Médicos, do Brasil Sorridente à Educação em Tempo Integral, do Novo PAC à política de valorização do salário-mínimo, dos investimentos em cultura à preservação do meio ambiente, da igualdade racial à defesa integral da vida dos grupos vulnerabilizados.

E foi nesse ano também que vimos o Governo de Raquel Lyra realizar o desmonte de diversas políticas sociais, interromper o funcionamento de órgãos da saúde e da educação, restringir o diálogo com movimentos sociais, categorias sindicais e até mesmo com o Poder Legislativo. Em uma política que chamou de “choque de gestão”, mas se revelou, na verdade, um projeto neoliberal de governo, ela reduziu - ou tornou ineficiente - a atuação do Estado em diversos âmbitos, para, então, promover

debates sobre propostas como as da privatização da Compesa e do SASSEPE, e precarizar direitos como o Piso da Educação. Foram mais de sete mudanças no secretariado do governo desde seu início, afetando áreas estratégicas como as Secretarias de Cultura, da Mulher, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa Social e da Justiça e Direitos Humanos.

Para fazer frente aos desafios desse novo quadro político, nos colocamos à frente da Liderança de Oposição ao Governo de Raquel Lyra e conquistamos a presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP), atuando também na Comissão da Mulher e na Comissão de Educação e Cultura. Esses lugares são, para nós, estratégicos na defesa dos direitos dos grupos que consideramos vulnerabilizados e sub-representados na política: é a partir deles que temos atuado, prioritariamente, nas temáticas de Saúde, Educação, Direito à Cidade, Segurança Pública e Direitos Humanos, Agroecologia e Cultura. E nesses lugares temos também atuado no combate às desigualdades, nos posicionando, prioritariamente, na defesa das mulheres (especialmente negras e periféricas), da população negra, da população LGBTQIA+ e das pessoas com deficiência.

Sendo assim, este documento procura partilhar nossa atuação durante este primeiro ano na Alepe, mas também assume um caráter político-pedagógico ao apresentar, ao longo do texto, pequenos diagnósticos do contexto geral de Pernambuco e ao convocar a sociedade civil para se aproximar dos temas aqui abordados. Ele representa um chamado político para a participação popular nas decisões das instituições públicas e reafirma nosso compromisso com as lutas defendidas por nós em cada uma das eleições, durante a nossa Mandata na Câmara Municipal e em nosso cotidiano.

Destacamos, também, que esse sujeito coletivo apresentado aqui não se trata exclusivamente da equipe que trabalha em nossa Mandata, mas de um sujeito composto por muitas outras pessoas, organizações e coletivos que caminham conosco, seja em reuniões, em eventos na Alepe, em mensagens nas redes sociais, em abraços nas ruas, nos movimentos sociais e em tantos outros espaços.

Se juntas nós sabemos que queremos muito mais que a liberdade; se juntas nós sabemos que aquilo que queremos é tão grande, tão forte e tão importante que precisa ser inventado, esse documento é, então, um convite para que - juntas mais uma vez - inventemos uma sociedade feminista, diversa, igualitária e radicalmente democrática.

Esse sujeito coletivo apresentado aqui não se trata exclusivamente da equipe que trabalha em nossa Mandata, mas de um sujeito composto por muitas outras pessoas, organizações e coletivos que caminham conosco



Visita da CCDHPP à Ocupação Fazendinha, em Itamaracá



PRINCIPAIS AÇÕES E CONQUISTAS DA MANDATA

Nosso primeiro ano de Mandata na Assembleia Legislativa foi um ano bastante movimentado! Como já dito, organizamos nossa atuação através de eixos prioritários como Saúde, Educação, Direito à Cidade, Agroecologia, Cultura, Segurança Pública e Direitos Humanos; e baseamos nossas ações a partir das demandas de determinados sujeitos prioritários, como é o caso das mulheres, população negra e população LGBTQIA+. Para além disso, atuamos também junto a pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades quilombolas e pesqueiras, juventude e outros grupos vulnerabilizados. Neste documento, sem a pretensão de esgotar ou apontar exaustivamente nossas ações, trouxemos em linhas gerais as principais ações desenvolvidas por nossa equipe dentro e fora da Casa Legislativa em 2023, com o compromisso de seguir atuando nos próximos anos para fortalecer o povo pernambucano e reduzir as desigualdades em nosso estado.

SAÚDE

Um ano após o cenário de crise econômica e social gerado pela descrença na ciência (que levou o Brasil ao número de mais de 700 mil mortes por COVID-19) e pelo congelamento dos gastos em saúde e políticas sociais imposto pela EC 95, aprovada no Governo Temer e implementada pelo Governo Bolsonaro, nosso sistema de saúde está se reerguendo do colapso e ainda vivendo a ressaca da pandemia. Neste sentido, nossa atuação tem buscado apoiar as lutas pelo fortalecimento do SUS e dos profissionais que nele atuam, retomando o debate sobre a democratização da saúde, para que ela seja

pública e universal, além de ser especializada e descentralizada, baseada na atenção, no cuidado e nos direitos humanos.

Sucateamento do Hospital da Restauração

O Hospital da Restauração Governador Paulo Guerra (HR) é um dos maiores hospitais de urgência e emergência do Nordeste, e o maior hospital da rede pública do estado de Pernambuco. Acolhendo denúncias sobre a precária condição das estruturas do HR, realizamos uma fiscalização em junho de 2023 e rodadas de es-



Participação no ALEPE MULHER

cuta de seus profissionais, assim como encaminhamos Pedidos de Informação para verificar que providências vêm sendo tomadas pelo Poder Executivo. Essas escutas e dados coletados subsidiaram um relatório de nossa Mandata sobre o conjunto de problemas existentes no Hospital e resultaram no encaminhamento de Indicações Legislativas, demandando da Governadora Raquel Lyra providências para superação desses problemas.

Piso da Enfermagem

A trajetória da luta das categorias de profissionais de saúde pelo pagamento do piso salarial e por condições dignas de trabalho é longa e árdua. No estado que tem um dos piores salários do país, é inaceitável que este direito ainda não tenha sido verdadeiramente assegurado. Por isso, a nossa Mandata tem atuado sistematicamente na defesa da enfermagem, das técnicas e técnicos, de auxiliares e parteiras e na luta, ao lado da categoria, pela garantia de seus direitos.

Participamos ativamente de diversas mesas de negociação, audiências públicas e atos, exigindo providências também através de discursos no plenário da Alepe, bem como conscientizando a população em geral sobre a urgência dessa pauta.

Violência e Racismo Obstétrico

Violência Obstétrica caracteriza-se por abusos sofridos por pessoas, em sua maioria negras, quando procuram serviços de saúde durante a gestação, na hora do parto ou no puerpério. Os maus tratos podem ocorrer como violência física ou psicológica, gerando vários traumas às gestantes. Nossa Mandata revisou a Lei Estadual de Violência Obstétrica, a partir dos acúmulos produzidos pelas Juntas Codeputadas (PSOL), e aprovou mudanças importantes nessa lei, com inclusão de dispositivos que

atualizam os quesitos e formulários para identificação da ocorrência dessas violações, atribuem sanções aos estabelecimentos de saúde que incorrem em más-práticas e introduzem o conceito de “racismo obstétrico” na legislação (Lei Ordinária nº 18.437/2023). Além disso, aprovamos na Alepe a lei que define maio como o Mês Estadual “Furta-Cor”, dedicado à conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental de pessoas gestantes e puérperas (Lei Ordinária nº 18.232/2023).

Saúde Integral da População Negra

Aprovamos a legislação que instituiu a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e Afrodescendente (Lei Ordinária nº 18.255/2023), e incidimos para que houvesse agilidade na contratação da Coordenação Estadual de Saúde para esta área, procurando reforçar a atuação do Estado no enfrentamento ao racismo institucional na saúde e na prevenção e tratamento de doenças que afetam com prevalência a população negra, como é o caso da doença falciforme, a hipertensão arterial, a doença hipertensiva específica da gravidez e o diabetes. Concedemos ainda, emendas parlamentares impositivas para a área de Saúde da População Negra em nível estadual e também no Recife.

Saúde Integral da População LGBTQIA+

Neste mesmo sentido, incidimos para a nomeação da Coordenação Estadual de Saúde Integral da População LGBTQIA+, e atuamos pela descentralização de equipamentos específicos em diversas regiões, reforçando (através de emenda parlamentar) o orçamento previsto para esta política e demandando ações do Executivo para a garantia de procedimentos/atendimentos voltados para a saúde mental dessa população, para a hormonioterapia, a cirurgia de redesignação sexual e para os cuidados específicos a mulheres LBT e homens trans.



Dani discursa sobre luta da Enfermagem

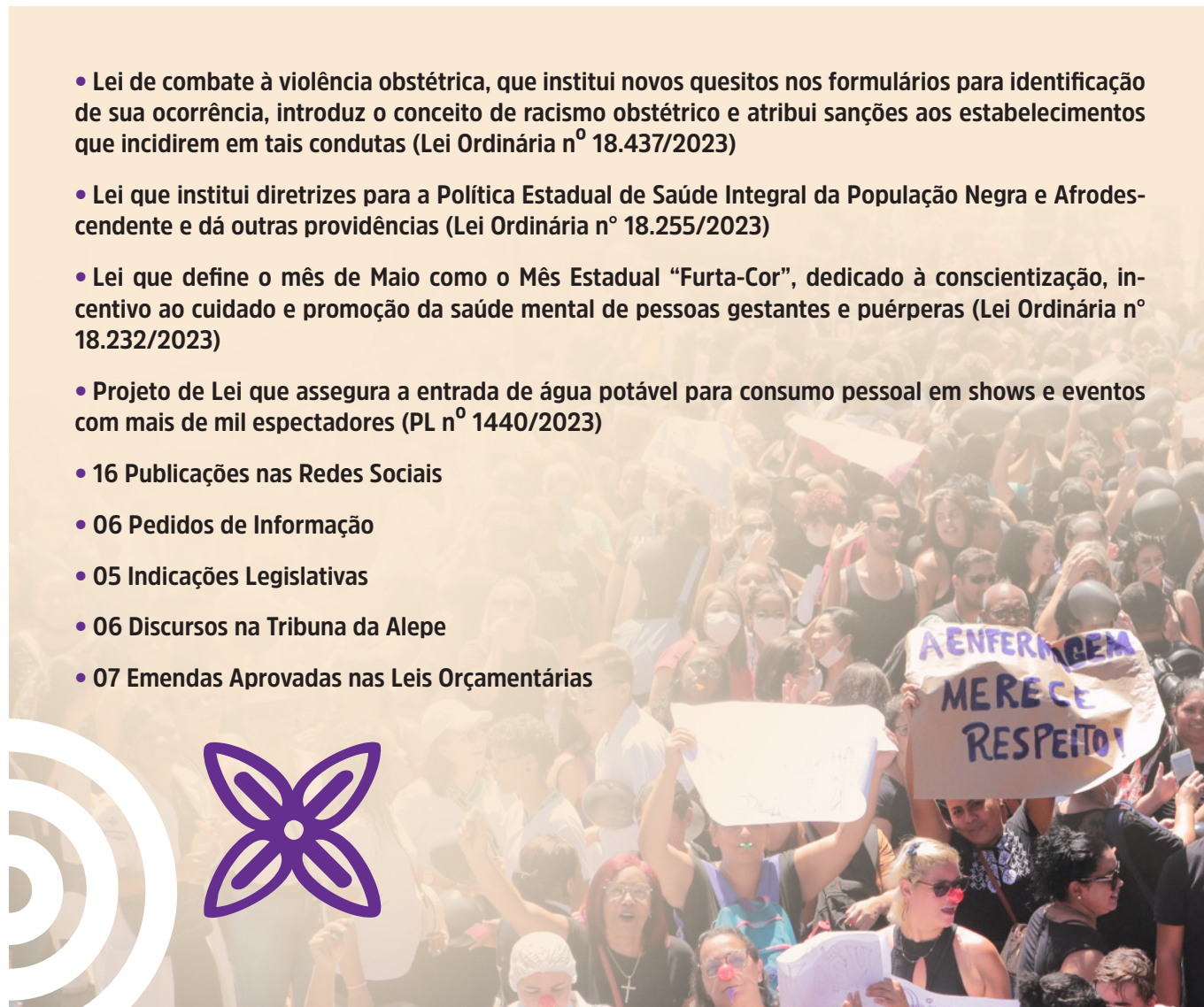
Nossa atuação tem buscado apoiar as lutas pelo fortalecimento do SUS e dos profissionais que nele atuam, retomando o debate sobre a democratização da saúde, para que ela seja pública e universal, além de ser especializada e descentralizada



Discussão sobre orçamento público para a saúde

Mandata em Números: Atuação no eixo Saúde

- Lei de combate à violência obstétrica, que institui novos quesitos nos formulários para identificação de sua ocorrência, introduz o conceito de racismo obstétrico e atribui sanções aos estabelecimentos que incidirem em tais condutas (Lei Ordinária nº 18.437/2023)
- Lei que institui diretrizes para a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e Afrodescendente e dá outras providências (Lei Ordinária nº 18.255/2023)
- Lei que define o mês de Maio como o Mês Estadual “Furta-Cor”, dedicado à conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental de pessoas gestantes e puérperas (Lei Ordinária nº 18.232/2023)
- Projeto de Lei que assegura a entrada de água potável para consumo pessoal em shows e eventos com mais de mil espectadores (PL nº 1440/2023)
- 16 Publicações nas Redes Sociais
- 06 Pedidos de Informação
- 05 Indicações Legislativas
- 06 Discursos na Tribuna da Alepe
- 07 Emendas Aprovadas nas Leis Orçamentárias



SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

Ao longo de 2023, não tivemos qualquer diretriz sólida do Governo do Estado para a área de segurança pública, ao mesmo tempo em que diversos índices de violência aumentaram em Pernambuco. Neste curto espaço de tempo, foram executadas mudanças de responsáveis pela Secretaria de Defesa Social, pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e pelos Comandos das Polícias Civil e Militar. Esses fatos sinalizam a importância da nossa atuação na presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe, onde temos buscado acolher pessoas e segmentos que sofrem violações de seus direitos e denunciar o grave quadro da violência em Pernambuco, a partir de uma perspectiva não punitivista, antirracista e que resgate os Direitos Humanos como pilares estruturadores da elaboração e fiscalização das políticas públicas em nosso estado.

Combate ao Racismo

Protocolamos um projeto de lei que proíbe a utilização de tecnologia de reconhecimento facial automatizado no âmbito dos sistemas de segurança pública do Estado de Pernambuco (PL nº 402/2023), tendo em vista que diversas pesquisas e outras produções científicas atestam que a utilização dessas tecnologias tem sido profundamente marcada pelo racismo, aumentando as prisões irregulares de pessoas negras.

“Juntos Pela Segurança”: A nova política de Segurança Pública de Pernambuco

A Governadora Raquel Lyra tomou posse com o compromisso de extinguir o “Pacto Pela Vida” e instituir uma nova política de Segurança Pública. Entretanto, ao longo de quase 11 meses, convivemos em um estado sem qualquer política vigente! Quando lançado, apenas em novembro, o Programa Juntos Pela Segurança demonstrou-se um plano elaborado sem uma efetiva participação popular e com metas consideradas genéricas, por parte de vários especialistas. Denunciamos a ausência de indicadores e de elementos para controle externo da

execução do Programa, bem como apontamos a importância da instituição de Comitês de monitoramento que contem com a participação da sociedade civil e do Poder Legislativo.

Violência Contra a Mulher e Feminicídio

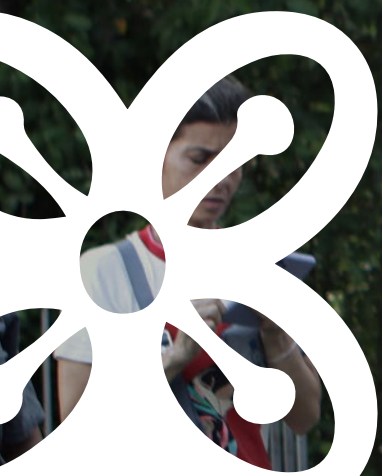
Apesar do aumento de 19% nos casos de violência contra mulher em 2023, houve uma redução de quase R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) no orçamento das Políticas para Mulheres e um verdadeiro desmonte da Secretaria da Mulher. Esse desmonte se deu com a demissão de 14 profissionais e a desestruturação da Ouvidoria da Mulher, que teve seu horário de funcionamento reduzido e seu atendimento via Whatsapp interrompido. Acolhendo denúncias encaminhadas à CCDHPP, interparamos o Governo do Estado acerca da precarização das Casas de Abrigamento de Mulheres Vítimas de Violência em Pernambuco: duas delas haviam sido fechadas e as demais funcionam sem fornecimento adequado de alimentação às pessoas abrigadas, sem a equipe técnica completa e com denúncias de exploração sexual e outras violências contra crianças.

Frente a esses fatos e indicadores, nossa Mandata tem

Temos buscado acolher pessoas e segmentos que sofrem violações de seus direitos e denunciar o grave quadro da violência em Pernambuco



Homenagem à Marielle Franco, em Brasília



Roda de Diálogo LGBTQIAPN+, no Parque das Graças

Nossa Mandata tem atuado exigindo o reestabelecimento do funcionamento regular dos equipamentos de atenção especializada à mulher, a apuração das denúncias de violência e a recomposição das equipes de trabalho

atuado exigindo o reestabelecimento do funcionamento regular dos equipamentos de atenção especializada à mulher, a apuração das denúncias de violência e a recomposição das equipes de trabalho. Ainda no campo do enfrentamento à violência contra a mulher, protocolamos dois projetos de lei: o primeiro que institui o “Protocolo Não é Não” de atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio em estabelecimentos noturnos, eventos festivos, bares, restaurantes (PL nº 442/2023); e o segundo que versa sobre a apresentação pelo Governo de Relatório Anual sobre vítimas de mortes violentas intencionais e de crimes de estupro e de violência contra a mulher (PL nº 444/2023).

Violência Contra a População LGBTQIA+

Durante este período, nossa atuação teve como foco o fortalecimento e a expansão dos equipamentos já existentes para a defesa e promoção de direitos da população LGBTQIA+, encaminhando pedidos de informação sobre o funcionamento do Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH), fazendo emendas à lei orçamentária para fortalecer seu orçamento e impedir que seus recursos sejam reduzidos em caso de baixa arrecadação tributária. Protocolamos também o Projeto de Lei que institui o Protocolo Arco-íris, para atendimento a pessoas vítimas de LGBTQIA+fobia em eventos e locais públicos e de grande circulação (PL nº 893/2023).

Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos em Pernambuco

A defesa da vida dos defensores e defensoras de direitos humanos em Pernambuco é fundamental! De acordo com o estudo “Na Linha de Frente: violência contra defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil”, Pernambuco foi o 4º estado brasileiro com o maior número de casos de violações contra defensores de direitos humanos, no período de 2019 a 2022. Foram seis assassinatos, além de 100 casos de outros tipos de violências. Essa urgência de proteção se vê especialmente nos conflitos agrários. Nós realizamos pedidos de informação sobre o funcionamento do Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e seus equipamentos e aprovamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias que o Estado de Pernambuco não está autorizado a reduzir os recursos destinados para essa política, mesmo em caso de baixa arrecadação de tributos (§ 7º do Art. 18 da Lei nº 18.297, de 27 de setembro de 2023).

Unidades Prisionais e Prevenção à Tortura

O Estado Brasileiro, através de Pernambuco, foi condenado internacionalmente e obrigado a adotar uma série de medidas para diminuir a violação de Direitos Humanos no Complexo Prisional do Curado. Em razão disso, nos somamos ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Governo Federal, na realização de uma visita técnica ao Complexo do Curado, para aferir o cumprimento das medidas impostas pela condenação. Elaboramos também relatórios internos sobre a situação do Presídio de Itaquitinga, sobre a utilização dos recursos existentes no Fundo Penitenciário Estadual, e enviamos Indicação ao Poder Executivo apontando a urgência da retomada do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, desmontado desde o começo do Governo

Raquel Lyra. Questionamos, em diversos momentos, a quem interessa esconder os casos de tortura em Pernambuco?!

Controle Externo da Polícia e Violência Policial

Em 2023, computou-se 120 vítimas de mortes decorrentes da intervenção policial em comunidades, representando um aumento de 30% dos dados de letalidade policial em relação ao ano anterior, e de 336% em relação ao menor índice anual dos últimos 10 anos (2014). Esses dados guiaram nossa incidência, com a realização de audiência pública que debateu, dentre outros fatos, a chacina policial em Camaragibe que vitimou 6 pessoas de uma única família e cobrou providências de responsabilização desses agentes. Ainda na fiscalização da atuação policial, promovemos diversas escutas de vítimas de violência, visando a proteção de ocupações e pessoas vulneráveis, além de termos realizado incidência através de discursos e Requerimentos de Pedido de Informação sobre a demora para instalação de Câmeras Corporais (bodycams) nos uniformes da Polícia Militar, medida que já se apresentou eficaz para redução dos números de violência e letalidade policial em diversos estados Brasil afora.

Memória, Verdade e Justiça

Acolhendo denúncias de abandono e sucateamento do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, realizamos uma fiscalização a este equipamento, cuja finalidade é guardar, conservar e disponibilizar para o cidadão e para o público pesquisador, a documentação produzida e acumulada pelo Poder Executivo. Na ocasião, encontramos documentos históricos danificados por água, mofo, e outras situações de precariedade. Essa fiscalização resultou em uma Audiência Pública, realizada em



Visita técnica ao Memorial da Democracia

Em 2023, computou-se 120 vítimas de mortes decorrentes da intervenção policial em comunidades, representando um aumento de 30%



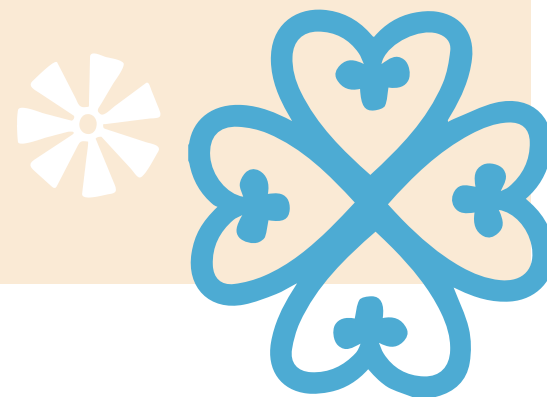
Audiência Pública sobre aumento da letalidade policial

Aprovamos legislação que define o dia 28 de fevereiro como o Dia Estadual de Memória, Verdade e Justiça para Juventude e Familiares Vítimas de Violência de Estado nas Periferias

conjunto com o Comitê Pernambuco por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia (CMVJ-PE), onde debateu-se a situação do Arquivo e do Memorial da Democracia de Pernambuco. Denunciamos e demandamos providências ao Executivo, que indicou rapidamente um novo diretor para o Arquivo, informou sobre propostas de digitalização do seu acervo e a mudança emergencial deste para um prédio em melhores condições. Ações como essas visam impedir que a história do período da Ditadura Militar e de toda a trajetória de violências promovidas pelo Estado sejam apagadas: pelo contrário, devem ser lembradas para que nunca mais aconteçam! Ainda como parte de nossa atuação nessa área, aprovamos legislação que define o dia 28 de fevereiro como o Dia Estadual de Memória, Verdade e Justiça para Juventude e Familiares Vítimas de Violência de Estado nas Periferias (Lei Ordinária nº 18.282/2023).

Mandata em Números: Atuação no eixo da Segurança Pública e Direitos Humanos

- Projeto de Lei sobre relatório anual das vítimas de mortes intencionais, de crimes de estupro e de violência contra a mulher (PL nº 444/2023)
- Projeto de Lei que cria o Protocolo Arco-íris, para atendimento de pessoas vítimas de LGBTQIA+fobia em locais de grande circulação, eventos sociais e locais públicos (PL nº 893/2023)
- Projeto de Lei que proíbe a utilização de tecnologias de reconhecimento facial automatizado no âmbito dos sistemas de segurança pública (PL nº 402/2023)
- Lei que define o dia 28 de fevereiro como Dia Estadual de Memória, Verdade e Justiça para Juventude e Familiares Vítimas de Violência de Estado nas Periferias (Lei Ordinária nº 18.282/2023)
- Lei que define o dia 21 de março como Dia Estadual das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé (Lei Ordinária nº 18.265/2023)
- 41 Publicações nas Redes Sociais
- 15 Pedidos de informação
- 04 Indicações Legislativas
- 36 Discursos na Tribuna da Alepe
- 11 Emendas Aprovadas nas Leis Orçamentárias



EDUCAÇÃO

Consideramos o processo educativo como uma ferramenta para humanização das relações e atuamos buscando ir além da educação convencional, valorizando iniciativas de uma educação para a transformação social. Em Pernambuco, uma das áreas do Governo do Estado que mais nos preocupa é justamente a Educação. Na atual composição dessa Secretaria, ainda estão representados grupos que promoveram uma perseguição aos profissionais da educação e se dedicaram a impedir os debates sobre conteúdos de direitos humanos em sala de aula, através da farsa retórica da “Escola Sem Partido” ou da “Ideologia de Gênero”. Na Assembleia Legislativa, buscamos fortalecer a educação pública e atuar para um novo cenário de dignidade para os estudantes, corpo técnico e docentes nas escolas e na universidade estadual.

Defesa da UPE, das Políticas de Cotas e da Assistência Estudantil

Dialogamos com a Universidade de Pernambuco a fim de fortalecer a luta de técnicos, professores e estudantes que pleiteavam, dentre outras demandas, a implementação do plano de cargos e carreiras dos servidores e a instituição de uma política de assistência estudantil na Universidade. Neste sentido, realizamos reuniões com a reitoria e encaminhamos Indicação Legislativa para que fosse publicado o edital de bolsas do Programa de Acesso ao Ensino Superior. Nossa Mandata protocolou, ainda, projeto de lei para instituir cotas raciais nos cursos de graduação e pós-graduação da UPE (PL nº328/2023). Por fim, concedemos uma emenda parlamentar impositiva para suporte a estudantes cotistas do Campus Palmares.

Educação Libertária e Livre de Racismo, Machismo e LGBTQIA+fobia

Compreendemos que a construção de uma cultura de paz nas escolas passa pelo estímulo a debates sobre dis-

criminações e desigualdades, não sendo possível se fur-tar às reflexões sobre gênero, sexualidade, racismo e do conjunto de questões que permeiam nossa vivência coletiva no mundo. Neste sentido, aprovamos na Alepe Lei que prevê diretrizes para a capacitação de profissionais de educação para a promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo (Lei Ordinária nº 18.227/2023); e também protocolamos projeto de lei para a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no programa de formação continuada destinado a esses profissionais (PL 739/2023).

Ao longo do ano, acompanhamos com preocupação as propostas de instalação de câmeras de reconhecimento facial e catracas nas escolas, assim como os vários casos de violência nas instituições de ensino em todo o país. Como parte de nossa incidência, participamos do Seminário sobre Violência nas Escolas da Alepe e produzimos relatório interno que apontava para soluções que não reduzissem a complexidade do tema, reiterando a necessidade de debater a violência em conjunto com a comunidade acadêmica, familiares e com toda a sociedade.



Votação do PL 712/23 sobre o piso salarial dos professores, na ALEPE



Audiência Pública sobre direito de greve

**Protocolamos Requerimentos
Legislativos pela imediata
contratação dos profissionais,
regularização da merenda e
distribuição dos materiais**

Fortalecimento dos Profissionais de Educação, Piso Salarial e Convocação de Aprovados em Concursos Públicos

Estivemos ao lado dos profissionais de educação e fomos força ativa na Assembleia Legislativa denunciando que a lei apresentada pela Governadora Raquel Lyra desrespeita o princípio fundador do piso salarial da educação, ao desconsiderar o plano de cargos e carreiras e o necessário impacto deste piso em todos os profissionais. Encaminhamos ainda diversos Pedidos de Informação à Secretaria de Educação, solicitando o censo dos servidores (que até dezembro de 2023 não foi apresentado), questionando a quantidade de contratações temporárias e requerendo a imediata convocação dos profissionais aprovados e aprovadas nos concursos públicos de

professor/a da rede estadual, no concurso de analista em gestão educacional e assistente administrativo.

Precarização da Merenda e Atraso na Distribuição de Material Escolar e Fardamento

O início do ano letivo nas escolas em Pernambuco foi marcado por denúncias de falta de merenda e atraso na distribuição dos materiais escolares, assim como dos fardamentos dos estudantes. Atuando para exigir a regularização dessa situação, denunciemos que a exoneração indiscriminada de profissionais da educação provocou esse quadro. Protocolamos Requerimentos Legislativos pela imediata contratação de profissionais, regularização da merenda e distribuição dos materiais.



Participação de Dani em debate com estudantes de escola estadual



Audiência Pública com servidores da UPE

Estivemos ao lado dos profissionais de educação e fomos força ativa na Assembleia Legislativa denunciando que a lei apresentada pela Governadora Raquel Lyra desrespeita o princípio fundador do piso salarial

Mandata em Números: Atuação no eixo Educação

- Lei sobre capacitação de profissionais da educação e demais funcionários para a promoção da igualdade racial e o enfrentamento ao racismo (Lei Ordinária nº 18.227/2023)
- Projeto de Lei de cotas raciais nos cursos de graduação e pós-graduação da UPE (PL nº 328/2023)
- Projeto de Lei que determina a inclusão do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no programa de formação continuada de professores (PL nº 739/2023)
- 43 Publicações nas Redes Sociais
- 11 Pedidos de informação
- 04 Indicações Legislativas
- 12 Discursos na Tribuna da Alepe
- 07 Emendas Aprovadas nas Leis Orçamentárias



Dani manifesta apoio aos professores, em audiência pública

Criamos a Ouvidoria das Chuvas para monitorar os desastres em áreas de risco, que refletem não só os impactos da emergência climática na vida da população, como também a falta de políticas públicas



Audiência Pública sobre direito à moradia

DIREITO À CIDADE

Pernambuco tem um dos maiores déficits habitacionais do Brasil, ao mesmo tempo em que não possui sequer um Plano Estadual de Habitação, convivendo com uma demanda imediata de construção de mais de 326 mil novas moradias. Entretanto, é fundamental destacar que o Direito à Cidade não se resume ao tema da Moradia, e nem mesmo ao acesso a direitos dele decorrentes, como o direito ao saneamento básico, acesso à água, transporte público e regularização fundiária. O direito à cidade é entendido, então, como a arena territorial de reivindicação de todos os direitos garantidos constitucionalmente: é neste território que transitamos para acessar um posto de saúde, uma escola, uma vara judicial, uma creche; e é neste mesmo território que temos sido impedidos de acessar esses direitos, pela ausência de políticas públicas eficazes.

Impacto das Chuvas, Emergência Climática e Racismo Ambiental

Desde nossa Mandata na Câmara Municipal do Recife, criamos a Ouvidoria das Chuvas para monitorar os desastres em áreas de risco, que refletem não só os impactos da emergência climática na vida da população, como também a falta de políticas públicas. Na Alepe, realizamos duas plenárias com coletivos e movimentos sociais que atuam em territórios atingidos pela chuva; e protocolamos Indicações Legislativas e Pedidos de Informação endereçados ao Governo do Estado e aos 16 municípios que em 2022 foram considerados os mais críticos em relação às consequências das fortes chuvas. O objetivo dessa ação foi identificar quais medidas preventivas e de enfrentamento aos desastres que estariam sendo adotadas pelos poderes públicos e questionar sobre temas como a estruturação da defesa civil e de seus canais de contato, o mapeamento de zonas de risco, e a implementação de Planos de Prevenção. Observamos que em Pernambuco não existe qualquer Plano

de Prevenção e Contingenciamento a Eventos Climáticos Extremos, apesar da ocorrência de mais de 130 mortes motivadas por isso, apenas no ano de 2022.

Além disso, atuamos em conjunto com a plataforma Clima de Eleições que conecta parlamentares de todo o país para incidir nas discussões sobre desmatamento e racismo ambiental, apontando alternativas sustentáveis para a construção de obras de grande impacto em Pernambuco.

Defesa da Moradia Popular, Prevenção a Despejos Violentos e Situação dos Prédios Caixão em Pernambuco

Diante da inexistência do Plano Estadual de Habitação - cuja elaboração foi iniciada em 2007, mas a formulação nunca ultrapassou a fase do diagnóstico -, protocolamos Pedido de Informação solicitando informações atualizadas sobre seu desenvolvimento. Outra medida adotada por nós foi protocolar um Projeto de Lei que Institui a

Política Estadual de Fortalecimento do Direito à Moradia e Prevenção de Remoções e Despejos Violentos (PL nº 108/2023), a fim de construir estratégias legais para prevenção a violações de direitos, especialmente em áreas acompanhadas por nós, como as Ocupações Monte Verde (Jaboatão dos Guararapes), Fazendinha (Ilha de Itamaracá), Cuca Legal (Olinda), Leonardo Cisneiros, Maria Firmina e Vila dos Pescadores (Recife). Acompanhamos também ações de movimentos populares como as ocorridas na Comunidade da Linha Resiste e Vila da Esperança.

Realizamos Audiência Pública e Pedidos de Informação sobre a situação das pessoas impactadas pelo projeto de urbanização do Rio Fragoso (Olinda) e Audiência Pública sobre as medidas de prevenção e proteção das famílias que são impactadas pela moradia insegura em determinados prédios em formato “caixão”. Em uma ação conectada com diversos movimentos sociais, entregamos um diagnóstico sobre o tema durante reunião com o Secretário Nacional de Políticas para Territórios Periféricos do Ministério das Cidades do Governo Federal.

Mobilidade Urbana e Transporte Público

Realizamos conjuntamente uma audiência pública com a Comissão de Assuntos Municipais da Alepe para debater a situação do transporte público nos municípios de Pernambuco, apontando que segundo o relatório global da Moovit, Recife é a segunda cidade do Brasil com maior tempo de viagem no transporte público e a quarta pior cidade do mundo no quesito “espera pelo transporte”. Neste sentido, acompanhamos a luta da categoria de rodoviários e metroviários por melhores condições de trabalho e denunciemos as iniciativas que visam a privatização do metrô em Recife, tendo fiscalizado o Metrorec em conjunto com representantes do Senado Federal.

Acesso à Água, Saneamento e Luta Contra a Privatização da Compesa

O estado de Pernambuco apresenta sérios problemas de fornecimento de água em comunidades periféricas e na zona rural, mas, infelizmente, a centralidade da atuação de um governo neoliberal como o de Raquel Lyra está voltada para a elaboração de estudos para a privatização da Compesa. Compreendemos que esta medida não irá atender as demandas dos grupos mais afetados pela falta de saneamento básico, acesso à água e tampouco irá baratear as tarifas para os locais que hoje acessam precariamente esse direito. Neste sentido, encaminhamos Indicações Legislativas solicitando a regularização do fornecimento de água em comunidades como a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas (Salgueiro) e desenvolvemos um estudo sobre a paralisação de diversas obras de Barragens, requerendo a retomada de obras como a da Barragem dos Gatos (Lagoa dos Gatos).

Encaminhamos Indicações Legislativas solicitando a regularização do fornecimento de água em comunidades como a Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas (Salgueiro) e desenvolvemos um estudo sobre a paralisação de diversas obras de Barragens



Paralisação dos trabalhadores do transporte público



Ato em memória às vítimas das chuvas

Mandata em Números: Atuação no eixo Direito à Cidade

- Projeto de Lei que institui a Política Estadual de Fortalecimento do Direito à Moradia e Prevenção de Remoções e Despejos Violentos no Estado de Pernambuco (PL nº 108/2023)
- 16 Publicações nas Redes Sociais
- 19 Pedidos de informação
- 59 Indicações Legislativas
- 09 Discursos na Tribuna da Alepe
- 07 Emendas Aprovadas nas Leis Orçamentárias



Participação em ato do Fórum pelos Direitos das crianças e Adolescentes



Fiscalização das obras do canal do Frágoso, em Olinda

Realizamos Audiência Pública e Pedidos de Informação sobre a situação das pessoas impactadas pelo projeto de urbanização do Rio Frágoso (Olinda) e Audiência Pública sobre as medidas de prevenção e proteção das famílias que são impactadas pela moradia insegura em determinados prédios em formato “caixão”



Voto de Aplausos para a banda Devotos



Lançamento do Projeto Komboza Dani Portela

CULTURA

A cultura é um direito humano básico, fundamental e intrínseco à sociedade. Os povos são e fazem cultura, em seu cotidiano, com suas práticas e vivências. Por isso, o acesso à cultura vai muito além de uma apresentação, festival ou ciclo. É inventada e reinventada todos os dias, é um exercício de afirmação de identidade de um povo, é a fonte de renda e a instituição de uma economia que anualmente emprega milhares de trabalhadores/as em suas atividades. Em Pernambuco, a primeira mudança do alto escalão do Governo de Raquel Lyra foi realizada na Secretaria da Cultura, e a dificuldade para operacionalização de grandes eventos ou reforço em equipamentos importantes para a história do povo pernambucano sinalizam a necessidade de acompanhamento dessas ações, a fim de que tenhamos um estado promotor da diversidade sociocultural e impulsor de manifestações culturais hoje negligenciadas pelo Poder Público.

Reabertura do Cinema São Luiz, Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural

Nossa Mandata protocolou projeto de lei que altera o Plano Estadual de Educação a fim de incluir diretrizes educacionais voltadas à proteção e preservação do Patrimônio Cultural e ao incentivo à diversidade cultural e artística do Estado (PL nº 1307/2023). Neste mesmo sentido, atuamos pela reabertura do Cinema São Luiz e encaminhamos Pedidos de Informação requerendo prazos para sua reabertura. Provocamos também a realização de Audiência Pública e nos somamos às organizações da sociedade civil para a realização de atos pela reconstrução de diversos funcionários demitidos, assim como para fiscalizar a estrutura hoje existente. Nós também cobramos a reabertura do Teatro Arraial Ariano Suassuna, outro equipamento cultural importante para o Estado, hoje fechado.

Aprovamos, ainda, a lei que torna o dia 13 de março o Dia Estadual do Mangubeat (Lei Ordinária nº 18.285/2023).

Honrar um dos maiores movimentos culturais brasileiros é valorizar a nossa cultura como um todo.

Fortalecimento de manifestações culturais periféricas

Lançamos a Komboza, projeto cultural representado por uma Kombi que leva para a rua a arte produzida pelas ruas. Com o objetivo de ser um espaço de ocupação e fruição cultural, o projeto convida artistas periféricos das diversas expressões urbanas para apresentação e divulgação de seus trabalhos. A iniciativa é uma parceria da nossa Mandata com o Coletivo Pão e Tinta. Também na área de Cultura, produzimos um minidocumentário em celebração aos 35 anos da Banda Devotos, responsáveis por propagar o Punk Rock Hardcore em comunidades periféricas como o Alto José do Pinho (Recife). Nós também acompanhamos de perto o pagamento dos artistas que se apresentaram nos ciclos festivos de Pernambuco, e fiscalizamos a publicação de editais como o FUNCULTURA e aqueles referentes às Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc.



Participação em ato em defesa do Cinema São Luiz

Nossa Mandata protocolou projeto de lei que altera o Plano Estadual de Educação a fim de incluir diretrizes educacionais voltadas à proteção e preservação do Patrimônio Cultural e ao incentivo à diversidade cultural e artística do Estado

Mandata em Números: Atuação no eixo Cultura

- Lei que institui o Dia Estadual do Mangubeat (Lei nº 18.285/2023)
- Projeto de Lei que inclui diretrizes educacionais voltadas à proteção e preservação do Patrimônio Cultural e ao incentivo à diversidade cultural e artística no Plano Estadual de Educação (PL nº 1307/2023)
- 26 Publicações nas Redes Sociais
- 04 Pedidos de Informação
- 02 Indicações Legislativas
- 04 Discursos na Tribuna da Alepe
- 03 Emendas Aprovadas nas Leis Orçamentárias



Apresentação cultural no evento ALEPE Antirracista



Participação em debate
promovido pelo SOS Corpo



LEIS APROVADAS

- Lei nº 18.437/2023 - Altera a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de incluir novos quesitos nos formulários de saúde para identificação da ocorrência de violência obstétrica.
- Lei nº 18.227/2023 - Altera a Lei nº 17.176, de 11 de março de 2021, que institui diretrizes para campanha permanente de combate ao racismo nas escolas, eventos esportivos e culturais do Estado de Pernambuco, originada de projetos de lei de autoria dos Deputados Henrique Queiroz Filho e Romero Sales Filho, a fim de instituir regras para capacitação de profissionais e dá outras providências.
- Lei nº 18.232/2023 - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Mês Estadual “Furta-Cor”, dedicado à conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental de pessoas gestantes e puérperas.
- Lei nº 18.255/2023 - Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, diretrizes para a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e Afrodescendente e dá outras providências.
- Lei nº 18.143/2023 - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada do Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual das Diretas Já.
- Lei nº 18.282/2023 - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis

que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir Dia Estadual de Memória, Verdade e Justiça para Juventude e Familiares Vítimas de Violência de Estado nas Periferias.

- Lei nº 18.265/2023 - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir Dia Estadual das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé.

- Lei nº 18.285/2023 - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Manguêbeat.

- Lei nº 18.289/2023 - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir Semana Estadual Josué de Castro de Combate à Fome.

- Lei 18.349/2023 - Altera a Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação - PEE, a fim de corrigir a existência de imprecisão jurídica em uma das estratégias da Lei

- Lei nº 18.386/2023 - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Cuidador e Cuidadora de Pessoa.

- Lei nº 18.354/2023 - Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Consciência Histórica e dos Institutos Históricos Pernambucanos.



Ato do Dia da Consciência Negra



Solene em homenagem à luta pela Reforma Agrária



Posse de Dani na ALEPE

FORTALECENDO O ORÇAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Conheça as ações para as quais destinamos Emendas Parlamentares Impositivas

Anualmente, o Poder Executivo submete à aprovação do Poder Legislativo a proposta de orçamento público do Estado. Na tramitação desses projetos de lei, os/as parlamentares podem apresentar tanto emendas de texto, para melhorar a lei, como incluir as chamadas Emendas Parlamentares Impositivas. Essas emendas são uma forma de atuação dos/as representantes do Poder Legislativo, que incrementam a destinação de recursos públicos para responder diretamente demandas específicas de diferentes segmentos da população. Neste aspecto, é fundamental compreender que não se trata de um recurso específico do/da parlamentar, mas de uma reserva orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA), que pode ser utilizada em apoio a diferentes iniciativas, em várias áreas de políticas públicas.

Para decidir de forma democrática a destinação dos recursos de Emendas Parlamentares Impositivas, Dani Portela estabeleceu um processo participativo, com movimentos sociais e organizações não governamentais. Realizamos oficinas para capacitar esses coletivos, movimentos e organizações para apresentarem propostas de emendas enquanto sociedade civil. Ao final do ciclo orçamentário, nossa Mandata aprovou 52 emendas impositivas ao orçamento de 2024, destinadas a instituições da sociedade civil e também a órgãos governamentais, divididas por eixos temáticos, como descrito abaixo:

Saúde

Com o recurso de R\$2.623.000,00 (dois milhões seiscentos e vinte e três mil reais), aprovamos emendas destinadas prioritariamente para ações de requalificação e modernização de hospitais que atendem pacientes de todo o estado. Apoiamos também projetos de enfrentamento ao racismo institucional, de estímulo à juventude de terreiros, de apoio à implementação de uma Política de Saúde Integral da População Negra em nível estadual e no Recife, de resgate dos saberes afro-indígenas na saúde, e ainda ações para a garantia do acesso à saúde para a população LGBTQIA+.



Mulheres negras no 08 de março

É fundamental compreender que não se trata de um recurso específico do/da parlamentar, mas de uma reserva orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)



Ato contra o PL 490

Para decidir de forma democrática a destinação dos recursos de Emendas Parlamentares Impositivas, a Mandata estabeleceu um processo participativo, com movimentos sociais e organizações não governamentais



Jornada Antirracista da ALEPE

Educação

Foi alocado o montante de R\$546.000,00 (quinhentos e quarenta e seis mil reais), em diversas ações, com diferentes públicos: formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), oficinas de leitura com mulheres em situação prisional, bolsas de permanência para estudantes negros/as da UPE, pesquisa sobre violência política de gênero por estudantes da UFPE e estímulo a inserção de meninas negras e periféricas nas ciências e nas artes.

Direito à Cidade

Destinamos R\$210.000,00 (duzentos e dez mil reais) para iniciativas de mobilidade por bicicleta e de apoio à permanência e segurança das pessoas que residem em territórios populares periféricos sob ameaça de despejo forçado.

Enfrentamento à Violência e Segurança Pública

Nossa Mandata aportou R\$338.000,00 (trezentos e trinta e oito mil reais) para o fortalecimento de ações de enfrentamento à violência contra a mulher promovidas pela sociedade civil, formação e articulação de Promotoras Legais Populares e aparelhamento de unidades de trabalho da Guarda Civil Municipal do Recife.

Atendimento Jurídico e Defesa de Direitos

Neste tema, aportamos o valor de R\$275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) para ações de Assistência Social e Jurídica a pessoas que vivem com HIV e AIDS, população LGBTQIA+, profissionais do sexo e pessoas egressas do sistema prisional; apoiamos ainda instituições públicas de defesa de direitos e atendimento jurídico à população em geral, entre outras iniciativas.

Cultura

Reforçamos o orçamento da cultura em R\$394.015,00 (trezentos e noventa e quatro mil e quinze reais) para a elaboração do Plano Estadual de Salvaguarda da Capoeira, capacitação de agentes da história e do turismo para mediação de visitas turísticas, realização de oficinas culturais para crianças, jovens e adultos, entre outras iniciativas.

Trabalho e Renda

Nesta área, destinamos o valor de R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais) para capacitação e qualificação profissional de mulheres que vivem em situação de violência doméstica e familiar e/ou vulnerabilidade social.

Agroecologia

Foram também destinados R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) à iniciativas de estímulo e ampliação de práticas agroecológicas e de justiça climática, incentivo à agricultura urbana e ações de educação ambiental.

Comunicação, Formação Política e Assistência Social

Para essas áreas, destinou-se R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais) para realização de oficinas de comunicação para jovens da periferia, promoção e defesa dos direitos e cidadania de pessoas LGBTQIA+ e assistência a pessoas idosas.



LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO

Nossa atuação na Liderança da Oposição ao Governo se destaca pela incisiva defesa dos princípios democráticos e pela busca incessante por transparência e responsabilidade no âmbito do Poder Executivo. Nos pautamos pela fiscalização criteriosa das ações governamentais, revelando lacunas e falhas na gestão mas, sobretudo, propondo alternativas. Mais do que tecer as críticas necessárias, a preocupação essencial da Deputada Dani Portela tem sido a de demonstrar soluções possíveis, para indicar caminhos que resultassem na melhoria real das condições de vida do povo pernambucano. Para além do papel de fiscalizadora, a Mandata se posicionou na defesa dos anseios da sociedade, buscando garantir que as demandas e necessidades da população fossem atendidas de maneira justa e eficiente, impulsionando uma governança mais ética, participativa e comprometida com o Bem Viver.

No início de fevereiro de 2023, diante da exoneração em massa promovida pela Governadora Raquel Lyra, a Mandata realizou uma minuciosa investigação na composição dos quadros de servidores dos órgãos do governo de Pernambuco. O foco era analisar o status de cargos fundamentais para o funcionamento do Estado em áreas de interesse, tais como a Secretaria de Saúde e a de

Educação. Confrontamos dados coletados nos sítios eletrônicos com as diretrizes contidas no programa do governo, revelando uma falha sistemática no cumprimento do 13º eixo estratégico da gestão Raquel Lyra, “Gestão, Transparência e Colaboração”. Cerca de 36 secretarias e órgãos importantes estavam com seus quadros de equipes desatualizados ou com cargos declarados como “vagos”, no primeiro trimestre de 2023; essa situação nos levou a monitorar com maior rigor a transparência e a conformidade com as legislações de acesso à informação e ao programa político apresentado pelo governo.

Ao longo de todo o ano de 2023, ocupando a Liderança da Oposição, realizamos análises críticas de todas as proposições legislativas enviadas pelo Poder Executivo à Alepe. Neste sentido, destaca-se a incidência nos projetos de lei orçamentários e naqueles relativos ao IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), bem como, no pacote de 33 (trinta e três) projetos de lei enviados no final do ano.

Durante a tramitação das três leis orçamentárias, produzimos 07 emendas e aprovamos 05 na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que versavam sobre participação



Dani faz pronunciamento em sessão plenária da ALEPE



Dani durante votação em sessão plenária, na ALEPE

Nossa atuação na Liderança da Oposição ao Governo se destaca pela incisiva defesa dos princípios democráticos e pela busca incessante por transparência e responsabilidade no âmbito do Poder Executivo

popular e o impedimento de redução de recursos, em casos de baixa arrecadação, em ações destinadas às populações vulnerabilizadas, ao combate à fome, à manutenção de leitos ou ao acesso à educação. Nos demais instrumentos do orçamento público, encaminhamos pela Mandata diversas alterações nos objetivos e ações do Plano Plurianual 2024-2027, aprovando 42 emendas.

Acerca dos projetos de lei que alteravam impostos como o IPVA, identificamos inconsistências entre o texto da proposição e o que a gestão Raquel Lyra veiculava publicamente. Em suas redes sociais, a Governadora anunciou uma redução do IPVA, ao passo que apresentava um projeto que aumentava o IPVA de motos abaixo de 300 cilindradas. Denunciamos isso em reuniões da Comissão de Finanças, resultando no encaminhamento de um novo projeto (pelo Poder Executivo) que, finalmente,

reduzia o valor para essas motos. Graças a esta incidência, milhares de pernambucanos/as foram beneficiados/as com esta redução.

Neste mesmo Projeto de Lei, a gestão Raquel Lyra aumentou o ICMS no estado, fazendo com que a alíquota passasse de 17% para 20,5%. Ocorre que o ICMS é um imposto que incide sobre o consumo de mercadorias e serviços, e não faz distinção sobre o valor pago por uma pessoa pobre ou rica, atingindo, proporcionalmente, muito mais as camadas de baixa renda ou da classe média. Para reduzir esse impacto e guiada pelo princípio da justiça tributária, Dani Portela protocolou uma Indicação Legislativa para que o Decreto da Cesta Básica, que prevê a redução de impostos sobre determinados produtos, fosse atualizado a fim de incluir itens como o arroz, açúcar, café, óleo, macarrão, vinagre, absorvente, fralda (geriátrica e infantil) entre outras coisas que impactam no orçamento do povo pernambucano.

Ao final de 2023, a bancada de oposição da Alepe, sob nossa Liderança, apresentou um balanço crítico do primeiro ano de gestão de Raquel Lyra. Parlamentares da oposição destacaram áreas de preocupação, como a necessidade de aprimorar o diálogo com diversas categorias e gestores públicos, a efetiva gerência dos projetos do governo e a transparência nos investimentos. Apontaram, ainda, questões sobre a continuidade de obras paralisadas, o atraso no lançamento do Programa Juntos Pela Segurança, a redução de frota de ônibus na Região Metropolitana do Recife, os problemas gerenciais da educação, o descumprimento do Piso da Educação, o atraso no repasse do Piso da Enfermagem, a ineficiência do Programa Juntos pela Saúde e a importância da construção de políticas conectadas com a real situação de Pernambuco.

PPA PARTICIPATIVO E POPULAR

Historicamente, a sociedade civil e os movimentos sociais se organizam para reivindicar direitos através das mais diversas maneiras, e quase sempre são confrontados com uma resposta padrão dos poderes públicos: não existe orçamento para isso! A estruturação dessas peças orçamentárias e a pretensa complexidade da discussão pública sobre orçamento fazem com que se cristalize no imaginário social a ideia de que orçamento é uma discussão para “especialistas” e que a população em geral não seria capaz de debater temas tão “distantes de sua realidade”.

Compreendendo isso, nossa Mandata, através da Presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe e em diálogo com o conjunto de deputados/as da Casa, provocou a realização de uma iniciativa inédita que tinha por premissa os seguintes questionamentos: e se realizássemos uma escuta qualificada da população sobre orçamento? E se nessa escuta explicássemos as principais questões dessas legislações, promovendo um exercício pedagógico que demonstrasse que este tema versa exatamente sobre o cotidiano das pessoas? E se após essa escuta produzíssemos um relatório articulando essas demandas através dos instrumentos legais para inserção no orçamento do Governo de Pernambuco?

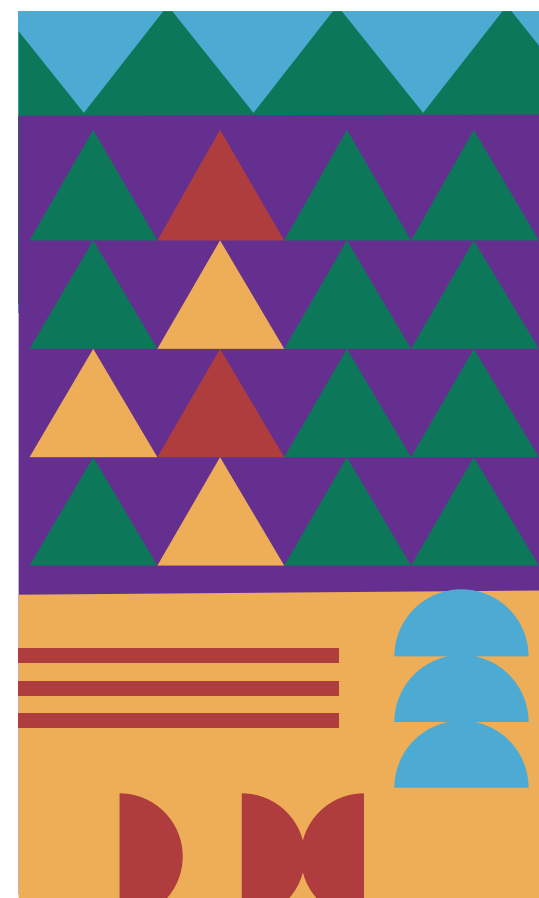
Munidas, então, destas provocações, e empenhadas em fortalecer instrumentos político-pedagógicos de participação popular na Alepe, construímos o Projeto PPA PARTICIPATIVO - Escutas da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular Sobre Orçamento Público (Plano Plurianual 2024-2027).

Realizamos 06 (seis) Encontros Regionais, contemplando o Sertão, o Agreste, a Zona da Mata e a Região Metropolitana do Recife, além de 06 (seis) Encontros Temáticos, que debateram o Direito à Cidade, Educação, Saúde, Agroecologia, Segurança Pública, Direitos Humanos e Cultura. Ao longo dessas atividades, coletamos 1710 (mil setecentos e dez) propostas, sejam orais, escritas ou virtuais, e contamos com a participação presencial de mais de 800 (oitocentas) pessoas nos eventos realizados.

Pudemos comprovar e visibilizar que o povo está mais do que preparado para participar ativamente da política, exercendo a democracia plena, e não apenas com o exercício do voto nos períodos eleitorais. Debates o orçamento junto a trabalhadoras e trabalhadores - que estão no centro das lutas diárias da sociedade -, junto a famílias - que lutam todos os dias para viver, para criar seus filhos e filhas -, e junto a diversas outras pessoas que desejam e necessitam de um mundo mais justo e igualitário. E, então, relembramos que são essas pessoas



CCDHPP fez escutas e acolheu propostas da população ao orçamento público



Pudemos comprovar e
visibilizar que o povo está
mais do que preparado
para participar ativamente
da política, exercendo a
democracia plena, e não
apenas com o exercício do
voto nos períodos eleitorais

os maiores “especialistas” sobre orçamento, afinal são exatamente elas que sabem onde os recursos devem ser alocado e quais diretrizes devemos adotar a fim de impactar de forma positiva em suas vidas.

Durante esse processo, executado em pouco mais de dois meses, distribuímos a cada um dos participantes a cartilha intitulada 10 COISAS QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO, produzida por nós em parceria com o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF). Ao fim, elaboramos um relatório que foi entregue em mãos à Governadora Raquel Lyra com as principais contribuições apresentadas pela população pernambucana, incidindo para que elas fossem incorporadas aos Projetos de Lei apresentados pelo Poder Executivo e aprovados na Alepe.



Seminário Regional do PPA em Pesqueira



Encontro Temático da Agroecologia no PPA Participativo



Participantes do PPA recebem cartilha sobre orçamento público

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR - CCDHPP

A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP) da Assembleia Legislativa de Pernambuco é uma instância estratégica para todos os Movimentos Sociais, especialmente aqueles que representam os segmentos mais empobrecidos da sociedade, assim como as populações que enfrentam as mais diversas discriminações. Este entendimento levou a deputada Dani Portela a disputar a presidência da CCDHPP, numa estratégia de articulação política apoiada por mais de 70 coletivos, movimentos e organizações, que produziram uma Carta Pública demandando que Dani assumisse o principal cargo dessa instância.

Assim, em diálogo com os demais parlamentares e com o compromisso da construção coletiva desta instância, assumimos no ano passado a presidência da Comissão para o biênio 2023-2024. Compreendemos que a defesa dos Direitos Humanos tomou uma nova importância e dimensão na conjuntura política recente do Brasil, haja vista que o recrudescimento das violações promovido pelo Governo Bolsonaro não só causa grande preocupação, como também demanda uma atuação cada vez mais ampla e mais firme por parte do Poder Legislativo.

É na CCDHPP que são analisadas matérias relativas aos temas de violência, direitos dos cidadãos e cidadãs, da criança, do adolescente e do idoso; discriminações raciais, étnicas, sociais, de identidade de gênero e orientação sexual, entre outras. É através desta Comissão que o Legislativo fiscaliza o sistema prisional; o acompanhamento às vítimas de violência e a seus familiares; os direitos do consumidor e do contribuinte; as políticas de segurança pública do Estado; a proteção a testemunhas; assim como analisa sugestões legislativas apresentadas pela sociedade civil.

Por se tratar de um órgão colegiado, além de Dani Portela, a Comissão é também composta por membros titulares como os Deputados Pastor Júnior Tércio, Joel da Harpa, Luciano Duque e a Deputada Rosa Amorim; e por membros suplentes como os Deputados João Paulo, Pastor Cleiton Collins, Rodrigo Farias, Romero Sales Filho e William Brigido. Essa composição política já demonstra como a CCDHPP é um ambiente em que as próprias concepções acerca dos direitos humanos são debatidas e disputadas fortemente no cotidiano.



Reunião Ordinária da CCDHPP

A CCDHPP da Assembleia Legislativa de Pernambuco é uma instância estratégica para todos os Movimentos Sociais, especialmente aqueles que representam os segmentos mais empobrecidos da sociedade



Mobilização em reunião da CCDHPP

Ao longo de 2023, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular realizou diversas atividades internas e externas. Enquanto Comissão Permanente do processo legislativo da Alepe, realizou 14 reuniões ordinárias, durante as quais foram votadas e aprovadas 235 proposições e distribuídas 1.141 propostas, e 01 reunião extraordinária, com a escuta de John Shipton, ativista internacional pelos Direitos Humanos. Além disso, realizamos 07 visitas técnicas, 13 seminários e criamos, enquanto Comissão, 07 proposições.

As Audiências Públicas são um mecanismo fundamental para defesa dos direitos da população no ambiente do Legislativo. Em 2023, a CCDHPP realizou 10 audiências públicas, com diversos temas importantes e estratégicos: Combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes; Memória, Verdade, Justiça e Reparação; Direito à Moradia; Precarização das Relações de Trabalho; Igualdade Racial; Violência Letal e Políticas de Segurança Pública; Políticas para a Pessoa Idosa e Direito à Greve no Estado de Pernambuco.

Considerando o caráter de participação popular da Comissão, também realizamos diversas atividades para além do processo legislativo em si.

Destacam-se ações como a produção de dossiê referente a precarização das Casas-Abrigo do estado, evidenciando como a gestão estadual tem tratado as mulheres vítimas de violência que precisam utilizar o serviço de abrigo, realizado em conjunto com o Levante Feminista, através de sua Campanha Contra o Feminicídio, o Transfeminicídio e o Lesbocídio.

Atuamos no processo que denunciou ameaças e retaliações sofridas por marisqueiras e barraqueiras de Maracápe (Ipojuca), que hoje são impedidas de exercer suas atividades profissionais em razão da proibição pro-

movida por famílias que se proclamam proprietárias de 70% de Maracápe, inclusive da faixa litorânea do Pontal. Nesta ocasião, nos somamos às organizações dessas trabalhadoras, ao Conselho Pastoral de Pescadores e ao Mandato da Senadora Teresa Leitão (PT), encaminhando denúncias e realizando audiências com os responsáveis pelo município e pela Secretaria de Meio Ambiente.

Acompanhamos diversos conflitos fundiários, verificando o cumprimento da legalidade em procedimentos de reintegração de posse; bem como acolhemos e encaminhamos demandas de pessoas que vivem em ocupações e habitações precárias por direitos básicos, a exemplo do acesso a postos de saúde e a matrícula escolar nos municípios em que vivem.

A CCDHPP acolheu ainda denúncias de violência contra pessoas LGBTQIA+, casos de violência policial, de discriminação racial e de falta de assistência em territórios indígenas, além de casos de capacitismo em escolas, no Comitê Paraolímpico e na Câmara Municipal de Arcoverde.

Com nossa atuação nesta Comissão, reafirmamos o nosso compromisso em promover um acolhimento qualificado e respeitoso, visando direcionar essas demandas aos órgãos competentes do Poder Executivo. E, em muitas situações, observamos como esta atuação foi fundamental para que o acesso à direitos não enfrentasse barreiras burocráticas, administrativas ou políticas ao longo do contato com equipamentos e órgãos responsáveis por esse acolhimento.

A desafiadora tarefa de constituir uma instância efetiva de defesa dos direitos humanos em espaços de poder - ainda pouco habituados ao diálogo direto com grupos vulnerabilizados - é também a desafiadora tarefa de, cada vez mais, construir estruturas institucionais que não dependam da existência de determinados/as par-

lamentares para seu funcionamento. Queremos, por causa disso, promover mudanças estruturais na Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, de modo que a Assembleia Legislativa, como um Poder Constituído, possa permanentemente representar esse ambiente político, sempre e enquanto houver qualquer violação de direitos em Pernambuco.

Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular em números

- Projeto de Lei que altera a legislação sobre o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. (PL nº 1307/2023)
- Cartilha 10 Coisas que Você Precisa Saber Sobre Orçamento
- Cartilha Direitos Humanos na Vida da Gente
- 13 Seminários do PPA Participativo e Popular
- 10 Audiências Públicas
- 07 Visitas Técnicas
- 15 Reuniões Ordinárias:
- 01 Reunião Extraordinária para Escuta de John Shipton (ativista anti-guerra e pai de Julian Assange)
- 1.141 Projetos de Lei distribuídos;
- 235 Projetos discutidos.
- 876 Ofícios
- 39 Atas
- 20 Relatórios Técnicos
- 02 Dossiês
- 10 Pedidos de Informação
- 32 Editais



Dani em reunião da Comissão

Compreendemos que a defesa dos Direitos Humanos tomou uma nova importância e dimensão na conjuntura política recente do Brasil

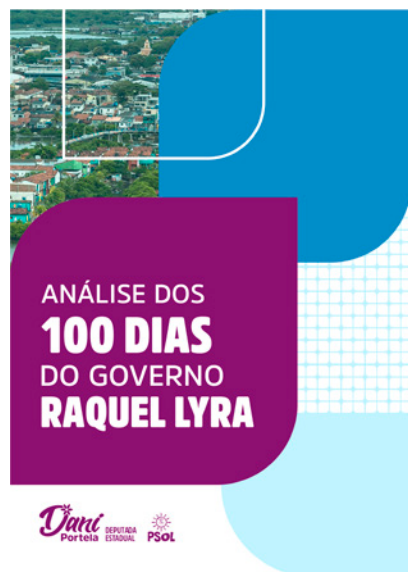


PUBLICAÇÕES

Ao longo de todo o ano de 2023, produzimos diversas publicações, físicas e virtuais, buscando garantir o diálogo com o povo pernambucano através de materiais informativos, educativos e conscientizadores, a exemplo do Relatório que analisou os 100 primeiros dias do Governo Raquel Lyra e do Relatório de análise da nossa própria atuação neste mesmo período. Para subsidiar o diálogo sobre o PPA, lançamos a Cartilha 10 Questões que Você Precisa Saber sobre Orçamento Público. Ao concluirmos o processo do PPA Participativo e Popular, publicamos um documento final denominado Relatório de Escutas da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Alepe sobre o Plano Plurianual 2024-2027. Ao final do ano, celebrando o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicamos a Cartilha Direitos Humanos na Vida da Gente, que colabora para a informação e popularização desses direitos. Todos esses materiais se encontram disponíveis na íntegra no site de Dani, no endereço daniportela.com.br

Ao longo de todo o ano de 2023, produzimos diversas publicações, físicas e virtuais, buscando garantir o diálogo com o povo pernambucano através de materiais informativos, educativos e conscientizadores





Análise dos 100 primeiros dias de Raquel Lyra no Governo do Estado



Análise dos 100 primeiros dias de Dani na ALEPE



Relatório Semestral de Atuação da CCDHPP sob a presidência de Dani



Cartilha explicativa sobre orçamento público direcionada à população



Relatório das escutas durante o PPA Participativo e Popular



Cartilha explicativa sobre Direitos Humanos direcionada à população

Todos esses materiais se encontram disponíveis na íntegra no site de Dani, no endereço daniportela.com.br





CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de ações aqui retratadas, demonstram a intensidade de nossa atuação neste primeiro ano de mandata estadual. São imensos os desafios de compor uma casa legislativa que teve diminuição de quase 50% no número de mulheres deputadas, retrocedendo em relação à legislatura anterior; sobretudo quando se trata de uma parlamentar como Dani Portela: negra, mãe e ativista pela transformação social, comprometida com a participação popular e a luta coletiva, junto aos movimentos sociais.

Nossa ampla atuação acontece no mesmo período em que o campo de esquerda se reorganiza no estado e no país e busca superar, com a estratégia de União e Reconstrução do Governo Lula, os imensos prejuízos gerados pelo desmonte de políticas sociais promovido pelo Governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, responsável por aprofundar as desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero. Através das iniciativas desenvolvidas pelo Governo Lula, voltamos a garantir um conjunto de direitos para os segmentos sociais mais vulnerabilizados, com a retomada de projetos sociais de larga escala e a ampliação da possibilidade de investimento em áreas estratégicas como Educação, Cultura, Saúde, Combate à fome e Segurança Pública. Temos retomado também debates importantes para sociedade, como a importância da vacinação, das políticas de proteção às mulheres,

das políticas de proteção aos povos e comunidades tradicionais e a discussão sobre a soberania das empresas públicas.

Ocorre que, conforme prevíamos, a composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como o fortalecimento do grupo fisiologista conhecido como Centrão, mobilizado por Artur Lira, andam na contramão dos avanços do Governo Federal, atuando muitas vezes de maneira irresponsável para com a população brasileira, buscando apenas tensionar, angariar benefícios financeiros e atrasar a retomada do crescimento do país. Esta composição impõe aos movimentos sociais e aos parlamentares da esquerda (seja nas Câmaras, Assembleias ou no Congresso) o desafio de mobilizar a sociedade para fortalecer as iniciativas progressistas do Governo Lula, assim como para impedir a consolidação de um cenário em que a política brasileira seja organizada e definida através da distribuição de cargos ou do orçamento público, como acontecia na gestão Bolsonaro.

Nesta esteira, a atuação de Dani Portela, única representante do PSOL na Alepe, enfrentou os desafios de elaborar uma crítica construtiva às iniciativas aprovadas na Câmara e Senado, ao mesmo tempo em que se ocupa de realizar em âmbito estadual as disputas necessárias para fortalecer o Governo Federal e o projeto político de

É importante lembrar os desafios de compor uma casa legislativa que teve diminuição de quase 50% no número de mulheres deputadas, com relação à legislatura anterior

esquerda em nosso país. Assumimos também a tarefa de representar na Alepe parcelas expressivas, sub-representadas e vulnerabilizadas da população pernambucana (mulheres negras e periféricas, população negra em geral, juventudes, população LGBTQIA+, entre outros), e por isso estabelecemos como parâmetro uma atuação parlamentar focada na participação popular e na mobilização de movimentos sociais para fortalecer a luta por garantia de direitos no Brasil e em Pernambuco.

Para executar essa estratégia, a Deputada Dani Portela atuou como uma líder da oposição crítica e propositiva às ações e posições do Governo do Estado, mas sem hesitar nas cobranças necessárias e no posicionamento firme frente os erros, a desorganização e a ineficiência do primeiro ano do Governo Raquel Lyra e Priscila Krause. Apontamos falhas no exoneração que travou a estrutura pública nos primeiros dias da gestão, apontamos erros técnicos no PL do Executivo que aumentava a alíquota do ICMS no Estado, sendo necessária a correção pelo secretariado do governo e caminhamos lado a lado das professoras e dos professores que viram o piso da educação virar um teto baixo, que deixa de fora a maior parte da categoria, mas que não se renderam a falta de diálogo da gestão estadual.

Ao mesmo tempo em que investimos em nossa atuação legislativa, participamos de processos de luta e reivindicação promovidos pelos movimentos sociais, centrais sindicais, coletivos e organizações populares, como é o caso das mesas de negociação sobre o Piso da Enfermagem e da Educação, as manifestações contra a violência policial nas comunidades, os casos de ameaça e desocupação de comunidades que lutam por moradia e em atos políticos de agenda anual ou conjuntural, como o Dia Internacional de Luta das Mulheres, Dia da Consciência Negra, Parada da Diversidade, Passeata dos Surdos de Pernambuco.



Solene em homenagem à luta da pessoa com deficiência



Participação em ato por justiça para o menino Miguel Otávio

Dani Portela enfrentou - e sabemos que ainda enfrentará nos próximos anos -, grandes desafios, como o fato de ser mulher e negra, o que se soma agora ao fato de ser mãe de um recém-nascido dentro da política institucional



Visita à Ocupação Fazendinha, em Itamaracá

Durante todo o ano, nossa equipe debruçou-se sobre os principais projetos apresentados pela Governadora e pelo conjunto de 48 deputados e deputadas, incidindo de forma crítica e propositiva, ao mesmo tempo em que atuamos na Liderança da Oposição, na presidência da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular e como membro das Comissões da Mulher e de Educação e Cultura.

Foi neste cenário que apresentamos 350 (trezentos e cinquenta) Proposições Legislativas, das quais 41 (quarenta e um) foram Projetos de Lei, tendo 15 (quinze) deles, até o momento, sido convertidos em legislações ou resoluções. Foram 47 (quarenta e sete) emendas incorporadas às leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) e 91 (noventa e uma) Indicações, demandando do Governo do Estado a resolução de problemas identificados pela Mandata a partir do diálogo com os movimentos sociais e a população. Além disso, encaminhamos 55 (cinquenta e cinco) Pedidos de Informação à Governadora, para elucidação de questões estratégicas para nossa atuação fiscalizadora e subimos à tribuna da Alepe por 46 (quarenta e seis) vezes, para realizar pronunciamentos que debatiam os principais problemas enfrentados pelo Estado de Pernambuco e temas relacionados ao nosso projeto político. Um destaque entre os PLs que apresentamos é o que busca estabelecer cotas raciais no serviço público estadual (PL 464/2023); é uma iniciativa importante para combater as desigualdades raciais no mercado de trabalho e também para promover maior diversidade na composição do quadro de servidores/as.

Para além dos muros da Alepe, nós temos também promovido iniciativas de diálogo com o povo pernambucano nos diversos territórios. Neste sentido, impulsionamos a realização do processo do PPA Participativo e Popular, que coordenamos a partir da CCDHPP, sendo esta uma

ação inédita no Poder Legislativo pernambucano, para escuta da população sobre o planejamento do governo para os próximos quatro anos. Tivemos a participação presencial de mais de 800 (oitocentas) pessoas nas atividades do PPA Participativo, e recebemos mais de 1.700 (mil e setecentas) propostas de modificação do Plano Plurianual.

Com o nosso projeto da Komboza, uma ação itinerante em parceria com o Coletivo Pão e Tinta, em que uma Kombi circula entre comunidades para difundir e fortalecer a cultura negra e periférica, debatendo também os principais problemas desses territórios, estamos demarcando uma atuação legislativa fincada na prática política dos campos populares, que ressignificam as possibilidades da atuação conjunta entre o poder legislativo e coletivos e movimentos sociais.

Ao longo desses processos, Dani Portela enfrentou - e sabemos que ainda enfrentará nos próximos anos -, grandes desafios, como o fato de ser mulher e negra, o que se soma agora ao fato de ser mãe de um recém-nascido dentro da política institucional. A Alepe é mais um dos ambientes que não estão preparados estrutural ou politicamente para a existência integral de mulheres e do conjunto de suas experiências. A política institucional foi e é construída para assegurar a participação de homens brancos e cisgêneros. A existência de pessoas e grupos que não atendem a esta norma, promove, necessariamente, uma desacomodação dessa cultura, convocando a institucionalidade a lidar com questões antes jamais imaginadas. Mais do que festejar o nascimento de Jorge, filho de Dani, exigimos o direito à gestação e à maternagem para todas as pessoas que gestam durante sua atuação parlamentar.



Estivemos na mediação de conflitos urbanos e rurais, nos colocamos à disposição de comunidades pesqueiras afetadas por propostas de desenvolvimento que destroem o meio ambiente, temos apoiado a luta de trabalhadoras e trabalhadores pela garantia de um trabalho digno e respeitosamente remunerado, apoiamos estratégias de enfrentamento à fome e a insegurança alimentar, através de nossa participação na Frente pela Renda Básica, entre outras ações. Temos buscado fortalecer o direito à vida de defensores e defensoras de direitos humanos.

Em 2024, daremos continuidade às nossas estratégias de atuação, buscando um diálogo cada vez mais próximo com a população pernambucana, para identificar suas demandas e defender seus direitos de forma qualificada e comprometida.

Temas como Segurança Pública, Saúde, Educação, Garantia dos Direitos dos Servidores, Valorização da Cultura, apoio a segmentos vulnerabilizados, entre outros, continuarão sendo nossas prioridades.

Em 2023, a deputada Dani Portela fez sua estreia no legislativo estadual. De uma parlamentar que chega a Alepe conduzida pelo povo, nos transformamos em um gabinete do povo. Estivemos durante o ano de 2023 e estaremos em 2024 e nos anos que se seguem, ao lado de todas as pessoas que lutam pela efetividade dos direitos humanos e pelo combate às desigualdades em Pernambuco.



Chá de Fraldas Solidário de Jorge, no Clube do Samba, arrecadou fraldas para doações



Reunião sobre renda básica com Suplicy



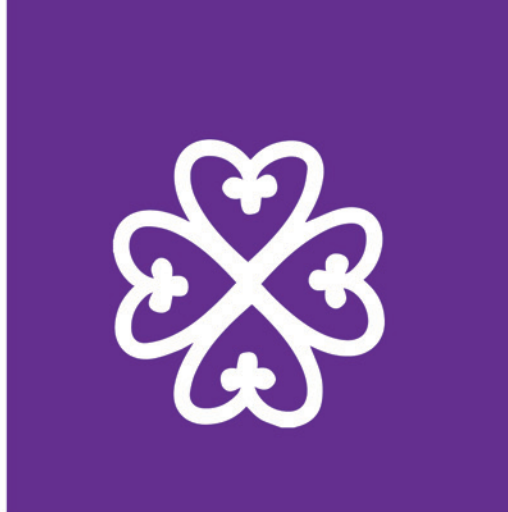
Encontro com organizações do Polo Têxtil





DEPUTADA
ESTADUAL
Dani
Portela





 (81) 9.8243.2642

 daniportela.com.br

      [daniportelapsol](https://www.youtube.com/daniportelapsol)

 dani.portela@alepe.pe.gov.br